



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
 Departamento de Edificações
 Divisão de Conservação e Reparos

Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DE/DEDI/DICOR

TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE BENS
 Tipo: **COTAÇÃO ELETRÔNICA**

1. **OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHA TRAPEZOIDAL GALVANIZADA TP-100, PARAFUSO AUTOBROCANTE E MASSA VEDANTE PARA TELHAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE Termo de Referência				
PROPRIETÁRIO (OU INTERESSADO OU PREPOSTO):	Diretoria de Edificações da NOVACAP			
NOME DO PROJETO:	S/N			
NÚMERO DO PROJETO:	S/N	NÚMERO DO PROCESSO	00112-00022822/2022-25	
REVISÃO	DESCRIÇÃO		DATA	RESPONSÁVEL
R00	Versão inicial		03/10/2022	Pedro Paulo

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto Distrital nº 37.967 de 20/01/2017, ao Decreto Lei nº 92.100 de 10/12/1985, atualizado pela Portaria nº 2.296, do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU, de 31 de Julho de 1997, e ao Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP - RLC/NOVACAP, elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, mediante a Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária, realizada em 03 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 16 de julho de 2020.

2. **QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO**

DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS: Contratação de empresa	SIM	NÃO
--	------------	------------

especializada para de fornecimento de telha trapezoidal galvanizada, parafuso autobrocante e massa vedante para telhas, visando sanar as patologias que vêm causando vazamentos, danos ao forro, prejuízos aos comerciantes e risco de acidentes na Feira Modelo de Sobradinho, situada na Quadra Central, Lote M Associação dos Feirantes - Sobradinho, Brasília-DF		
De natureza comum	X	
De prestação continuada		X
Eminentemente intelectual		X
Possui inovação metodológica ou tecnológica		X
De Tecnologia da informação		X
Possui mão de obra exclusiva		X
<p>JUSTIFICATIVA: A contratação do referido objeto se justifica para atender as necessidades da NOVACAP e Programas vigentes. Esta Companhia executa obras, intervenções e manutenções em mobiliários urbanos, Edificações Públicas, Feiras Permanentes e correlatas em todo Distrito Federal através de mão de obra própria.</p> <p>Deste modo, existem diversas frentes de trabalho espalhadas por todo Distrito Federal, contemplando a execução de calçadas, manutenção e instalação de meio-fios, manutenção de quadras poliesportivas e parques infantis, instalação e manutenção de PEC's, entre outros.</p> <p>Portanto, buscando o princípio da sustentabilidade ambiental com reflexo também na economicidade da contratação, aliado a melhores práticas ambientais e também a melhor eficiência na prestação dos serviços, se faz necessário a aquisição dos itens supramencionados.</p> <p>Conforme demanda o Art. 18, INCISO VI do regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP:</p> <p>1 - os objetos deste Termo de Referência possuem natureza comum, visto que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Edital de licitação mediante especificações usuais do mercado.</p> <p>A técnica envolvida nestes serviços é conhecida, dominada e oferecida pelo mercado do objeto ofertado, de forma que permite a sua descrição de forma objetiva no Edital, incluindo características, quantidades e qualidades padronizadas;</p> <p>2 - os objetos deste Termo de Referência não são de prestação continuada, pois em sua essência não interferem na integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, tampouco são responsáveis por manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. (TCU. Acórdão nº 132/2008 - Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)</p> <p>3 - os objetos da presente contratação não são eminentemente intelectuais e nem são de Tecnologia da informação, visto que se trata da execução de objetos comuns.</p> <p>4 - não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.</p>		

REGIME DE FORNECIMENTO

Parcelado	
Único	X
JUSTIFICATIVA: Em atendimento ao inciso V, do art. 20 do RLC/NOVACAP, uma vez que o presente objeto trata da aquisição de insumos com quantitativos previamente definidos por Lote, e ainda, por se tratar de fornecimento por preço certo, em entrega única, optou-se pelo regime apontado.	

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	
Definida	X
JUSTIFICATIVA: Em atendimento ao inciso VI, do art. 18 do RLC/NOVACAP, uma vez que o presente objeto trata da aquisição de insumos com quantitativos previamente definidos, especificados com boa margem de precisão.	

PARCELAMENTO DO OBJETO	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Trata-se de demanda a ser executada por empresa única, sem necessidade de fracionamento por lotes, cujo fornecimento será de acordo com as demandas e necessidades da Companhia				

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações comuns é, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios. Portanto em atendimento à alínea "f", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, observando ainda o que prevê o § 6º do art. 20 do RLC/NOVACAP, entende-se que não haverá vantagem na contratação de empresas consorciadas, uma vez que o objeto não apresenta complexidade técnica que impeça o atendimento aos objetivos pretendidos.				

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS	SIM		NÃO	X
JUSTIFICATIVA: Entende-se não ser viável a contratação de cooperativas, haja vista que, pela natureza do objeto, é conveniente a subordinação entre o técnico e a futura CONTRATADA, em atendimento à alínea "f", do inciso VIII, do art. 20 do RLC/NOVACAP, observando ainda o que prevê o § 8º do art. 20 do RLC/NOVACAP.				

REGIME DE EXECUÇÃO	
Empreitada por preço unitário	
Empreitada por preço global	X
Contratação semi-integrada	
JUSTIFICATIVA: Adota-se a empreitada por preço global quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados.(Acórdão TCU n.º 1.977/2013-Plenário)	

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e ampliação da competitividade para o certame.	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO - ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO	R\$ 138.572,00 (Cento e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais)
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. (grifo nosso). Assim sendo, justifica-se a publicidade do valor estimado, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
JUSTIFICATIVA: Visto que o Termo de Referência e o Edital já apresentam critérios mínimos de qualificação técnica/operacional e demais condições que são suficientes para comprovar a capacidade técnica/operacional da empresa a ser contratada, entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço global é o mais adequado.	

REAJUSTAMENTO
Não será permitido o reajustamento de preços no prazo de vigência do Contrato, prevalecendo o valor final adjudicado, salvo em casos supervenientes.

3. FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

3.2. O princípio da legalidade impõe a atuação restrita aos limites da Lei, sendo regra a licitação para aquisição de bens e serviços, de modo a proporcionar tratamento igualitário entre os licitantes e se obter a oferta mais vantajosa para a Administração.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Considerando o Ofício Nº 682/2022 - RA-SOBR/GAB (96818631) contido no processo 00134-00001759/2021-81 através do qual a Região Administrativa de Sobradinho solicita:

"...a compra de **(100) cem telhas trapezoidal TP-100** para atender com prioridade às necessidades de manutenção corretiva, ou seja, substituir as telhas do telhado da movimentada Feira Modelo de Sobradinho/DF.

Cabe informar que neste período de chuvas, houve uma forte e intensa chuva no dia 22 de agosto de 2022 e considerando que o telhado tem o desgaste natural pelo longos anos de uso, foram detectados vários vazamentos de água; com isto, ocorreu grandes transtornos aos feirantes como:

-Desabamento do forro que causou acidentes a clientes;

- Inundação nos boxes dos feirantes;
- Resultando em um grande prejuízo em mercadoria aos feirantes;
- Curtos circuito na rede elétrica;
- Acidentes com clientes devido a escorregões com o piso molhado;..." (grifo nosso)

4.2. Não obstante, também vale ressaltar o contido no Ofício Nº 2/2022 - RA-SOBR/CODES/DIDOT/GEGET (83154975) contido no processo 00134-00001759/2021-81 (96309183) através do qual a Região Administrativa de Sobradinho solicita:

"...manutenção do telhado da Feira Modelo de Sobradinho, uma vez que todo o telhado existem pontos com problemas, tais como, a falta de grampos de fixação nas telhas, buracos no reboco, telhas deslocadas, falta de calafetação e outros. Diante dos problemas elencados, todas as vezes que ocorrem chuvas moderadas e intensas formam goteiras e vazamento no forro do teto, causando prejuízo aos feirantes e risco de acidente..." (grifo nosso)

4.3. Considerando o Relatório Técnico de Vistoria (96817108) que demonstra a existência e necessidade de tratamento das patologias que vêm causando vazamentos, danos ao forro, prejuízos aos comerciantes e risco de acidentes na Feira Modelo de Sobradinho, situada Q Central, Lote M Associação dos Feirantes - Sobradinho, Brasília, DF.

4.4. Considerando que a contratação destina-se ao fornecimento do material necessário para sanar as patologias e danos apontados nos itens 4.1 e 4.2.

4.5. A Divisão de Conservação e Reparos da Diretoria de Edificações deu início à contratação do objeto em questão.

5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Programa de Trabalho: 15.122.8209.3903.9750 REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DISTRITO FEDERAL

Natureza da Despesa: 33-90-30

Fonte de Recursos: 100

Valor: R\$ 138.572,00 (Cento e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais)

6. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR CONTRATADO

6.1. O escopo da presente aquisição abrange o fornecimento dos seguintes insumos, conforme a média total das propostas de preço: **R\$ 138.572,00 (Cento e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais)**

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	REFERÊNCIA - PESQUISA DE PREÇO
01	TELHA TRAPEZOIDAL TP-100 PRIMER/RAL9003	M ²	325,00	R\$ 176,80	R\$ 57.460,00	Planilha de Formação de Custo - TELHA -

	0,5MM 50 PEÇAS DE 6500MM					COTAÇÃO (97083231)
02	TELHA TRAPEZOIDAL TP-100 - PRIMER/RAL9003 - 0,5MM 50 PEÇAS DE 9000MM	M²	450,00	R\$ 176,80	R\$ 79.560,00	Planilha de Formação de Custo - TELHA - COTAÇÃO (97083231)
03	MASSA VEDANTE TELHAS (BRANCO)	UND	50,00	R\$ 14,64	R\$ 732,00	Relatório de Cotação - MASSA VEDANTE (97083235)
04	PAR FIX PB12-14 X 3/4 P3	UND	2.000,00	R\$ 0,41	R\$ 820,00	Relatório de Cotação - PARAFUSO (97083236)
VALOR TOTAL CONTRATADO				R\$ 138.572,00		

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

- 7.1. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- 7.2. Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap;
- 7.3. Termo de Referência.

8. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

8.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de telha trapezoidal galvanizada, parafuso autobrocante e massa vedante para telhas, visando sanar as patologias que vêm causando vazamentos, danos ao forro, prejuízos aos comerciantes e risco de acidentes na Feira Modelo de Sobradinho, situada na Quadra Central, Lote M Associação dos Feirantes - Sobradinho, Brasília-DF.

9. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

9.1. Trata-se de objeto comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, **na modalidade cotação em sua forma eletrônica.**

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Tendo como base o pedidos de aquisição através Ofício Nº 682/2022 - RA-SOBR/GAB (96818631) e Documento de Oficialização de Demanda (Doc SEI GDF nº 96817167), constante no processos SEI. n.º (00112-00022822/2022-25), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

10.2. Após o fornecimento do objeto, em caso de constatação de defeitos, vícios ou necessidade de substituição ou correções, a contratada deverá promover a correção ou substituição do mesmo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a formalização;

10.3. A contratação proposta é de fornecimento de material.

104. Deverão ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016

11. VISTORIA TÉCNICA / PRAZO DE ENTREGA

11.1. Não há necessidade de vistoria técnica.

11.2. Da entrega dos produtos:

11.2.1. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado/DIMAE/DA, ENDEREÇO: Setor de Áreas Pública Lote B- CEP: 71.215-000 - Brasília-DF, em até 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho; HORÁRIO: 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00h.

11.2.2. O dia e o horário para entrega dos equipamentos deverão ser agendados previamente com o chefe da **DIMAE/DEMAP/DA**, por meio do telefone (61) 3403-2695.

12. DO CONTRATO

12.1. Considerando o Art. 141, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

I- no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da NOVACAP.

Será dispensado o Contrato, considerando o Art. 141, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

13. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

13.1. Para efeito de recebimento definitivo do objeto a **CONTRATADA** deve apresentar nota/fiscal do fornecimento, em uma única via, emitida e entregue ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento. **O DEMAP/DA**, definirá o empregado responsável para representar a CONTRATANTE, responsável pelo recebimento definitivo com a devida nomeação formal.

13.2. Toda e qualquer comunicação entre o órgão e o contratado deverá ocorrer de maneira formal, admitindo-se mensagens eletrônicas, devidamente acostadas aos autos;

14.3. A forma de aferição da conformidade do material entregue será de responsabilidade da área demandantes (**DICOR/DE**) em conjunto com a **DIMAE/DEMAP/DA**, e posterior atesto do material recebido.

14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

14.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA, o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução desta aquisição, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos; no que couber.

15.2. A CONTRATADA, deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução da aquisição não decorra qualquer degradação ao meio ambiente; no que couber.

16.3. A CONTRATADA, deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação; no que couber.

17.4. A CONTRATADA, deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

18.5. Deverão ser adotados critérios e práticas de sustentabilidade, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016.

15. GARANTIA DO OBJETO

15.1. Para efeito de garantia dos produtos, será observado o que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e ocorrendo defeito nos produtos aceitos, durante o período de cobertura previsto na legislação, o fornecedor será comunicado oficialmente via e-mail ou Carta para a substituição imediata do mesmo.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do § 2º do art. 149 do RLC/NOVACAP, por se tratar de contratação de pronta entrega, não será exigida garantia contratual.

17. DO PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar indicação do número da conta, código e nome da agência do BRB - Banco de Brasília S/A, em atendimento ao Decreto nº 32.767/2011, para fins de pagamento, vedada em qualquer hipótese a cessão de direito sobre os respectivos créditos a terceiros.

Empresa(s) de outro(s) Estado(s) que não tenham filial ou representação no Distrito Federal poderá indicar conta corrente de outro banco, conforme Decreto nº 18.126/97.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei 13.303/2016, deverão ser efetuados no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 246 do Regulamento e licitações e Contratos da Novacap.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados da contratada e do órgão contratante;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produziu os resultados acordados;

- Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do fornecimento nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela pendência, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por fornecimento de bens, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Na hipótese de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela NOVACAP, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

É vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação aos valores contratados.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 18.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 18.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega do material, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 18.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 18.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do material, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 18.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 18.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato;
- 18.7. Cientificar o órgão superior da Novacap, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 18.8. Arquivar, entre outros documentos, termos de garantia e outros certificados, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do material e notificações expedidas.
- 18.9. Emitir Nota de Empenho;
- 18.10. Receber o objeto da aquisição, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 18.11. Solicitar o reparo, a correção, a remoção a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 18.12. Efetuar o pagamento devido pela entrega dos bens, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigência do contrato.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da **CONTRATANTE**, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão entregues os objetos contratados;
- 19.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objetos efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções ;
- 19.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à entidade contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 19.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da entrega do objeto, os seguintes documentos:
 - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto deste contrato.

19.7. É de responsabilidade da empresa vencedora o transporte dos itens até as dependências da **CONTRATANTE**, ter conhecimento e cumprir todas as normas que regulamentem o acondicionamento, incluindo-se carga e descarga, **inclusive não admitindo-se cobrança de frete a parte**.

19.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

19.9. Responsabilizar-se pela qualidade do material fornecido.

19.10. Prestar esclarecimentos à NOVACAP sempre que solicitado.

19.11. A contratada poderá solicitar prorrogação de prazo da entrega do objeto licitado, apresentando as devidas justificativas, cabendo ao executor do contrato, que a submeterá ao Diretor Administrativo ou Diretor da área demandante, cabendo a este último a deliberação acerca da demanda.

19.12. Constituirá descumprimento contratual entregas em desacordo do que o estabelecido no item 2.1.

19.13. Os bens objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, ou seja de acordo com a Nota de Empenho, constando o número do Edital, o bem, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

19.14. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento dos objetos a serem adquiridos.

19.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

20. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22. **PENALIDADES**

22.1. Conforme legislação aplicável a seguir:

22.1.1. Lei 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

22.1.2. Regulamento de licitações e contratos da NOVACAP.

23. **RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal ou pela equipe de fiscalização, da seguinte forma:

A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os produtos entregues, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços;

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

Substituir, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos**, a contar da emissão de solicitação, os produtos que não estejam em conformidade com as especificações técnicas da CONTRATANTE. O pedido de substituição dos produtos poderá ser realizado pela CONTRATANTE a qualquer tempo em que for identificado o defeito ou a inconformidade, durante a vigência contratual.

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

24. **3. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global: **R\$ 138.572,00 (Cento e trinta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais)**

24.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	REFERÊNCIA - PESQUISA DE PREÇO
01	TELHA TRAPEZOIDAL TP-100 - PRIMER/RAL9003 - 0,5MM 50 PEÇAS DE 6500MM	M²	325,00	R\$ 176,80	R\$ 57.460,00	Planilha de Formação de Custo - TELHA - COTAÇÃO (97083231)
02	TELHA TRAPEZOIDAL TP-100 - PRIMER/RAL9003 - 0,5MM 50 PEÇAS DE 9000MM	M²	450,00	R\$ 176,80	R\$ 79.560,00	Planilha de Formação de Custo - TELHA - COTAÇÃO (97083231)
03	MASSA VEDANTE TELHAS (BRANCO)	UND	50,00	R\$ 14,64	R\$ 732,00	Relatório de Cotação - MASSA VEDANTE (97083235)
04	PAR FIX PB12-14 X 3/4 P3	UND	2.000,00	R\$ 0,41	R\$ 820,00	Relatório de Cotação - PARAFUSO (97083236)
VALOR TOTAL CONTRATADO				R\$ 138.572,00		

24.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA VALIDADE DOS MATERIAIS.

25.1. Os equipamentos deverão ter prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega.

25.2. Caso o produto apresente defeito de fabricação quando em uso, no decorrer do prazo de validade, o fornecedor deverá efetuar a respectiva troca no prazo de até (05) dias úteis, a contar da notificação, sem incidência de quaisquer ônus adicionais à NOVACAP.

26. 27. MATRIZ DE RISCO

26.1. Não foi elaborada a matriz de risco tendo em vista tratar-se de objeto delimitado previamente, com a entrega dos itens e pagamento somente após o recebimento definitivo do objeto.

NATUREZA DO RISCO	Nº	DESCRIÇÃO DO RISCO	RESPONSABILIDADE	CAUSA	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDA
Administrativo	1	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Elaborado e Revisado por:

Eng.º Paulo César B. P. dos Santos

Assessor Técnico

Presidência/NOVACAP

Eng.º Pedro Paulo C. Isaac

Chefe da DICOR/DE - Respondendo

Instrução de Serviço nº 28/2020 -DE (38141009)

Aprovado por:

Eng.º Rubens de Oliveira Pimentel Júnior

Diretor de Edificações

DE/NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO PAULO CARNEIRO ISAAC - Matr.0973394-9, Assessor(a).**, em 05/10/2022, às 05:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR BASTOS PEREIRA DOS SANTOS - Matr.0973507-0, Assessor(a).**, em 05/10/2022, às 06:42, conforme art. 6º do Decreto nº



36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=96826293)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=96826293)
[verificador= 96826293](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=96826293) código CRC= **E9F967D2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2417

00112-00022822/2022-25

Doc. SEI/GDF 96826293